

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB  
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD  
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB  
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV  
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## LIDERANÇAS – 2018

<b>BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PMDB – PT – PRB – PR – PCdoB – Avante – PROS)</b>	
Líder	Deputado André Quintão
Vice-Líderes	Deputado Arnaldo Silva Deputado Celinho do Sinttrocel Deputado Doutor Jean Freire Deputado Léo Portela Deputada Rosângela Reis

<b>BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PSD – PSB – PPS – PSC – PEN – Podemos – PTC)</b>	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Anselmo José Domingos Deputado Antonio Lerin Deputado Emidinho Madeira Deputado Fabiano Tolentino Deputado Fred Costa

<b>BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PDT – PP – PTB – DEM)</b>	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	

<b>LIDERANÇA DA MAIORIA</b>	
Líder	Deputado Tadeu Martins Leite

<b>LIDERANÇA DA MINORIA</b>	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

<b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b>	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cristiano Silveira Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Gustavo Santana

**COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

<b>MEMBROS EFETIVOS:</b>		
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	Podemos – BCMG	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
<b>MEMBROS SUPLENTE:</b>		
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
	BVC	

**COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

<b>MEMBROS EFETIVOS:</b>		
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
<b>MEMBROS SUPLENTE:</b>		
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bosco	Avante – BMM	

**COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

<b>MEMBROS EFETIVOS:</b>		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Vice-Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	
<b>MEMBROS SUPLENTE:</b>		
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

<b>MEMBROS EFETIVOS:</b>		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
<b>MEMBROS SUPLENTE:</b>		
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	

**COMISSÃO DE CULTURA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

<b>MEMBROS EFETIVOS:</b>
--------------------------

Deputado Bosco	Avante – BMM	Presidente
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	Vice-Presidente
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	Presidente
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	Vice-Presidente
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		

Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
	BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	Podemos – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	

**COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	Presidente
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	

Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG
Deputado André Quintão	PT – BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	Presidente
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
	BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Bosco	Avante – BMM	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		

Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG

**COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Bosco	Avante – BMM	
	BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	

**COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Léo Portela	PR – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
	BMM	

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
	BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Léo Portela	PR – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	Presidente
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	

Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM
Deputado João Leite	PSDB – BVC
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG

**COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB - BVC	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	

**COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	

Deputado Gil Pereira	PP – BVC
----------------------	----------

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	

Ouvidor-Geral: Deputado Hely Tarquínio

**SUMÁRIO**

- 1 – ATAS**
  - 1.1 – Plenário
  - 1.2 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
  - 2.1 – Plenário
  - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Comissão
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**



**ATAS**

**ATA DA 3ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/4/2018**

**Presidência do Deputado Cristiano Silveira**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras da Deputada Marília Campos – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Geraldo Valgas de Araújo – Palavras do Presidente – Palavras da Deputada Marília Campos – Encerramento.

### Comparecimento

– Comparecem o deputado e a deputada:

Cristiano Silveira – Marília Campos.

### Abertura

O presidente (deputado Cristiano Silveira) – Às 19h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

### Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

### Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Região pelos 50 anos da greve de abril de 1968.

### Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Geraldo Valgas de Araújo, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Região; Marco Antônio de Jesus, presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos de Minas Gerais; e Nilmário de Miranda, ex-deputado desta Assembleia Legislativa; e as Exmas. Sras. Conceição Imaculada, secretária do sindicato durante a greve de 1968; Beatriz da Silva Cerqueira, coordenadora-geral do Sind-UTE-MG e presidente da CUT-MG; e deputada Marília Campos, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

### Registro de Presença

O locutor – Registramos a presença neste evento dos Srs. José Maria dos Santos, presidente do Sindágua, e Robson Gomes Silva, presidente do Sintect, na pessoa dos quais estendemos as nossas saudações aos demais membros e representantes de sindicatos e entidades representativas de classe que nos honram com a presença; e *Jurandir Persichini Cunha*, coordenador adjunto da Comissão da Verdade de Minas. De maneira especial, também saudamos o ex-deputado Marcos Helênio, de relevante presença nesta Casa Legislativa.

### Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

### Exibição de Vídeo

O locutor – Agora assistiremos a um vídeo sobre a greve de abril de 1968.

– Procede-se à exibição do vídeo.

### Palavras da Deputada Marília Campos

Exmo. Sr. Deputado Cristiano Silveira, representando o presidente da Assembleia, deputado Adalclever Lopes; presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Região, companheiro de luta Geraldo Valgas de Araújo; presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos de Minas Gerais, companheiro Marco Antônio de Jesus; secretária do sindicato durante a greve de 1968, companheira Conceição Imaculada; coordenadora-geral do Sind-UTE e presidenta da CUT-MG, companheira grevista Beatriz Cerqueira, que dirige uma luta histórica e difícil – conte com a minha solidariedade; Sr. Nilmário Miranda, ex-secretário de

Estado, ex-deputado federal e nosso companheiro; boa noite a todos. Talvez, pela primeira vez, hoje eu possa me dirigir a todos chamando-os de companheiros e companheiras. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa, que é a Casa do povo.

Em nome de todos os companheiros e companheiras, quero cumprimentar Fábio Rodrigo Leite, neto do saudoso companheiro Joaquim José de Oliveira. Uma salva de palmas em memória dele.

Tive dificuldade de preparar essa intervenção porque não sabia qual seria o quadro de hoje. Preparei a minha fala ontem, antes de saber o resultado, por isso fiz dois discursos. Jamais poderia imaginar que hoje faríamos esta homenagem, que deveria ser um momento festivo, o que não é mais possível com a prisão decretada do nosso grande líder, que é o presidente Lula. Na verdade, devemos transformar esta homenagem num grande protesto, num protesto contra essa arbitrariedade, já que tiraram o direito da pessoa de se defender, um direito assegurado pela Constituição.

Mas eu fiz um discurso que se adapta também a essa realidade e volto a insistir: vamos transformá-la em um protesto. Quando pensamos em relembrar os 50 anos da histórica greve de 1968, nosso objetivo era enaltecer todos os personagens que ousaram enfrentar o regime militar que comandava o Brasil; não era possível imaginar que teríamos uma infeliz coincidência entre aquele período de sombras e os acontecimentos recentes que aprofundam o golpe civil midiático e jurídico. Colocam em risco a nossa cada vez mais frágil democracia.

Nesta data, que era para ser uma festa, um momento de alegria, pouco temos a comemorar, mas, com certeza, muito nos vale resgatar a memória daqueles dias de luta e resistência. As trevas novamente se espalham, e a decisão de ontem, no Supremo Tribunal Federal, atinge não apenas o Lula, a maior liderança política do País, que foi condenado sem provas, mas também a todos e a todas nós. Querem desequilibrar a disputa eleitoral deste ano, eliminando o principal candidato que lidera todas as pesquisas. Essa é uma tentativa de impor retrocessos maiores que os implementados até aqui. Rasgaram a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT –, entregaram as nossas riquezas naturais e ainda querem retirar os direitos previdenciários. Agora, a questão diz respeito à Constituição Federal, ao negarem o direito à presunção da inocência, considerada como causa pétrea.

Esperávamos mais dos nossos juízes e juízas; queríamos que cumprissem o seu papel de guardiães das nossas leis máximas, mas, infelizmente, o Supremo se rendeu, mais uma vez, a um papel mesquinho; ele se apequenou, de fato. Esse mesmo Supremo que, em outras épocas, entregou Olga Benário aos nazistas, silenciou-se diante da tortura cometida nos porões da ditadura militar e aceitou a cassação da presidenta Dilma Rousseff, sem que ela tivesse cometido nenhum crime de responsabilidade. Em outras palavras, o Supremo tem compactuado com o golpe civil em curso, construído pelos barões da mídia em conluio com os órgãos do Judiciário, que envergonham e ameaçam o Estado Democrático de Direito.

Nestes tempos sombrios em que vivemos, todo o cuidado é pouco. Novamente está em jogo a segurança dos que defendem a liberdade e lutam por direitos. De maneira covarde, assassinaram recentemente a vereadora Marielle e ceifam a vida de tantas outras lideranças populares e sindicais. Acobertados pela impunidade, sentiram-se à vontade para atentar contra a caravana de Lula, no Sul do País. Os tiros ecoaram em todo o mundo e provocaram a solidariedade e o repúdio de homens e mulheres de bem, que olham, com espanto e indignação, as perseguições que a esquerda tem sofrido em todo o Brasil.

Tudo isso é assistido pelo ilegítimo Temer, com a complacência dos covardes. Os recentes pronunciamentos de generais da ativa demonstram que há muito mais em risco. Diz-se, aliás, que as eleições deste ano podem não ocorrer. O assanhamento dos fascistas de plantão soa perigoso. O clima de caos e intranquilidade é estimulado por quem deveria manter a ordem e a segurança. O discurso e a prática do ódio nos empurram para um abismo de proporções desconhecidas. Muitos de nós, que vivenciamos na carne os efeitos perversos da ditadura iniciada em 1964, sabemos que essa é uma história que não deve ser repetida nunca mais. Nestes tempos sombrios em que seguem tentando matar nossos sonhos e nossa esperança, mais uma vez, companheiros e companheiras, é preciso resistir. Por isso, é importante resgatar a memória e o significado daquele abril de 1968, que se tornou um marco de luta e resistência do movimento operário ao arbítrio e à opressão.

Quero agradecer a presença ilustre de todos aqueles que atenderam ao nosso convite e parabenizar, de forma especial, o Sindicato dos Metalúrgicos de BH pela parceria na organização deste ato. Eu me orgulho muito em fazê-lo aqui hoje. Saúdo todos os nossos bravos guerreiros e guerreiras, na figura do presidente Joaquim José de Oliveira, o seu Joaquim, e também da Imaculada Conceição de Oliveira, primeira mulher a ocupar um cargo de direção do Sindicato dos Metalúrgicos. A luta vai continuar. Firmes na luta.

### **Entrega de Placa**

O locutor – Neste momento, o deputado Cristiano Silveira, representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, junto à deputada Marília Campos, fará a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao Sr. Geraldo Valgas. A placa contém os seguintes dizeres: “Em abril de 1968, no auge da ditadura militar no Brasil, que implementou uma política econômica calcada no arrocho salarial e na redução dos direitos sociais, surgiu um forte movimento de resistência dos trabalhadores de indústrias mineiras contra aquele regime político opressor e desumano. Com o apoio de líderes sindicais, foi deflagrada uma greve histórica dos setores da siderurgia e da metalurgia no Estado, a qual representou um marco na luta da classe operária brasileira, dando início a outras iniciativas de oposição ao golpe de 1964. Por ocasião dos 50 anos da greve de abril de 1968, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta merecida homenagem ao Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Região, que tanto tem feito em prol de seus filiados e da sociedade”.

– Procede-se à entrega da placa.

### **Palavras do Sr. Geraldo Valgas de Araújo**

Boa noite a todos. Boa noite, gente. Quero cumprimentar o deputado Cristiano Silveira, representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia; a deputada Marília Campos, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem; o companheiro Marco Antônio de Jesus, presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos de Minas Gerais; a companheira Conceição Imaculada, secretária do sindicato durante a greve de 1968; a companheira Beatriz Cerqueira, coordenadora-geral do Sind-UTE e presidente da Central Única dos Trabalhadores em Minas Gerais; e o Sr. Nilmário Miranda, que foi um dos companheiros também que ajudou a organizar a greve de 1968 – aliás, ele também foi preso na greve naquele período.

Não podíamos deixar passar em branco esta data em que comemoramos os 50 anos da greve de 1968. O nosso sindicato ficou conhecido nacionalmente por meio dessa greve, uma greve que ocorreu durante a ditadura militar. O sindicato estava sob intervenção, em um certo período, e os trabalhadores começaram a se organizar nas fábricas. Por iniciativa deles mesmos, era feito o boletim, e rodava-se o material que era distribuído no outro dia, a fim de convocar os companheiros para participarem da luta. A greve começou na Belgo-Mineira, no dia 16/4/1968. No primeiro momento, tentaram apagá-la, acabar com o movimento, mas não conseguiram. Eles ofereceram 10% de reajuste, mas não conseguiram acabar com a greve. Em seguida, a greve começou a se espalhar pelas fábricas Belgo-Mineira, GE, Mannesmann, SBE, Norton do Brasil e Metalúrgica Santo Antônio e por várias outras empresas da Cidade Industrial. Hoje não existem tantas empresas como havia em 1968. Os trabalhadores, naquele período, usaram, como método para se organizar, a ocupação da fábrica. Hoje as fábricas estão praticamente vazias, continuam produzindo com grande capacidade, mas com um número menor de trabalhadores. Então, o sindicato está planejando várias atividades durante este ano. No dia 16, haverá uma outra atividade, pois esse foi o dia do início da greve. No sindicato, faremos um grande debate. De antemão, convido toda a companheirada a participar do debate que realizaremos com várias lideranças no Sindicato dos Metalúrgicos. Ele será no dia 16, às 19 horas.

Não podia também deixar de falar de um dos nossos homenageados: o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva. Ele faria um depoimento para lermos aqui, mas, infelizmente, isso não foi possível, em razão da turbulência que está vivendo. Sairemos daqui hoje já pensando no que faremos amanhã. Haverá uma manifestação no centro de BH para protestarmos contra mais essa arbitrariedade do STF. Querem impedir que o nosso líder maior, que está na frente em todas as pesquisas, seja nosso presidente a partir de 2019.

Infelizmente, o País não tem Justiça. Condenaram o Lula, e nós, de maneira nenhuma, vamos aceitar isso. Não planejei o meu discurso. Sou assim mesmo.

A partir de hoje, cada uma das pessoas presentes aqui é o Lula. E vamos ter que lutar unidos, para derrotar isso e garantir que ele seja candidato a presidente ainda nas eleições deste ano. Esse vai ser um desafio para nós. Precisamos enfrentar essa Justiça e mostrar que eles estão errados. Eles querem criminalizar o Lula porque ele foi o melhor presidente deste país, nos últimos 500 anos; ele foi o presidente que tirou o pobre da miséria, colocou comida na mesa das pessoas. Agora querem criminalizá-lo para poderem aumentar ainda mais a exploração sobre a classe trabalhadora. Cada um de nós, a partir de agora – e já vivemos essa situação em um período anterior –, tem que ser um Lula, para darmos um basta nessa situação.

O.K., companheirada. No mais, muito obrigado e um forte abraço. Fora, Temer! Fora, canalha!

### **Palavras do Presidente**

Muito boa noite, senhoras e senhores, companheiros e companheiras. Quero cumprimentar o Geraldo Valgas de Araújo, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Região; a Exma. Sra. deputada Marília Campos, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem; o Marco Antônio de Jesus, presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos de Minas Gerais; a Sra. Conceição Imaculada, secretária do sindicato durante a greve de 1968; a Sra. Beatriz da Silva Cerqueira, coordenadora-geral do Sind-UTE-MG e presidenta da CUT-MG; e, de uma maneira especial, o Sr. Nilmário de Miranda, nosso ex-deputado estadual, federal e ministro.

Vou fazer a leitura do texto do presidente Adalclever Lopes, na condição de seu representante, em homenagem a esta solenidade.

(– Lê:) “A greve de abril de 1968 foi o primeiro grande movimento de resistência dos operários à política econômica do regime militar. Nessa passagem da nossa história, os metalúrgicos da Região Metropolitana de Belo Horizonte construíram um trajeto que acompanha a busca de uma sociedade mais justa e fraterna. Direitos que hoje são constitucionais refletem, na verdade, um incansável combate pela liberdade e pela justiça social.

A causa do sindicalismo em Minas tornou-se bandeira do fortalecimento de nossa democracia. Assim, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais parabeniza o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Região pelos 50 anos desse episódio, que se tornou importante marco da luta operária em busca de melhores condições de trabalho. Muito obrigado.”

Antes de encerrar, deputada Marília Campos, quero pedir licença para também fazer a minha homenagem aos trabalhadores e aos sindicatos, de maneira muito breve. As principais conquistas dos trabalhadores na história do nosso país – e, quiçá, da humanidade – sempre vieram da capacidade de mobilização, organização e luta dos trabalhadores. Eventualmente, com o governo mais simpático às causas populares, obtivemos avanços maiores, mas, sem dúvida alguma, o grande mérito pelas conquistas sempre se deu por meio da luta e da capacidade de organização dos trabalhadores; uma luta que nunca se limitou às pautas específicas da categoria que o sindicato representa; uma luta que transcendeu as pautas das legitimidades e direitos dos trabalhadores e atingiu também as questões inerentes à dignidade de toda a sociedade. Não foi outra coisa que os sindicatos fizeram, ao longo de sua história no nosso país; não foi outra coisa que o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Região fez ao longo de sua existência, nesses 50 anos. E, sempre que a história chamou o movimento sindical à responsabilidade com as causas e lutas importantes para os trabalhadores e cidadania brasileira, ele nunca se fez ausente, omissivo; nunca foi o perfil do militante, do dirigente sindical omitir-se nos momentos importantes da nossa história.

De novo, companheiros e companheiras, o cansaço terá que ser suprimido, pois, de novo, a história nos chama para uma nova luta: a luta em defesa da democracia e da liberdade do maior presidente e operário, como a maioria de vocês, que este país já teve, o Lula. Parabéns a todos. Obrigado.

### **Palavras da Deputada Marília Campos**

Todos fizemos apelos para continuarmos a nossa resistência e a nossa luta para não apenas garantir o direito do presidente Lula a ser candidato, como também para denunciar essa arbitrariedade, esse desrespeito negado ao Lula de se defender, até em última instância, em liberdade. Queremos ir para as ruas. Como foi decretada a prisão do Lula, e amanhã ele terá que se entregar até as 17 horas, o Brasil se mobiliza para fazer grandes manifestações – espero –, para protestar e para mostrar para todo o mundo que estamos com o Lula onde ele estiver. Como ele já disse, seremos sua voz, as suas pernas, continuaremos a sua luta.

Então, Sr. Presidente, conversando com a Bia, ela me disse que a Frente Brasil Popular já está se articulando e construindo uma mobilização que será feita em Belo Horizonte, amanhã, às 16 horas, na Praça Sete. Na parte da manhã, a partir das 10 horas, haverá manifestações, com a Rádio Peão o tempo todo, como bem sabemos fazer. Assim, amanhã, a partir das 10 horas, estaremos na Praça Sete, mas a concentração será às 16 horas. Aproveito para solicitar que vocês não só estejam presentes, mas também ajudem a divulgar essa manifestação que, certamente, será em defesa da democracia e de um Brasil com liberdades democráticas, em defesa dos direitos do povo. Amanhã, Carlos Calazans, às 16 horas, na Praça Sete. Lula livre!

### **Encerramento**

O presidente – A presidência manifesta a todos um agradecimento pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 9, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

## **ATA DA 4ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/4/2018**

### **Presidência do Deputado Fabiano Tolentino**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Antonio Carlos Arantes – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Iácones Batista Vargas – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento – Ordem do dia.

### **Comparecimento**

– Comparecem os deputados:

Dalmo Ribeiro Silva – Antonio Carlos Arantes – Fabiano Tolentino.

### **Abertura**

O presidente (deputado Fabiano Tolentino) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

### **Ata**

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

### **Destinação da Reunião**

O locutor – Destina-se esta reunião a comemorar o centenário da Diocese de Luz.

### **Composição da Mesa**

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa o Revmo. Sr. Dom José Aristeu Vieira, bispo diocesano de Luz; e os Exmos. Srs. Angelo Oswaldo, secretário de Estado de Cultura, representando o governador do Estado, Fernando Pimentel; desembargador Pedro Bernardes, vice-presidente e corregedor regional eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; Ailton Duarte, prefeito de Luz; vereador Aldair Paula Duarte, vice-presidente da Câmara Municipal de Luz; Dom Geraldo Vieira

Gusmão, bispo emérito de Porto Nacional (TO); Aluizio Quintão, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; Wagner Colombarolli, presidente emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; Iácones Batista Vargas, pesquisador da história da Diocese de Luz e associado efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; e deputados Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente da Assembleia de Minas; e Antonio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### **Registro de Presença**

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença neste ato dos Exmos. Srs. Antônio Carlos Xavier, vice-prefeito de Luz; e Reginaldo Cardoso, prefeito de Córrego Danta. Registramos também o recebimento de mensagens enviadas pelo Exmo. Sr. deputado federal Patrus Ananias; por Darvin Chaves Basílio e Marcos Antônio Fiuza Alonso, vereadores da Câmara Municipal de Luz; e Pedro Patrus, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; por meio das quais desejam sucesso ao evento e parabenizam o deputado Antonio Carlos Arantes pela iniciativa.

#### **Execução do Hino Nacional**

O locutor – Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional, que será executado pela banda de música Lyra Vicentina Aterradense, da cidade de Luz, regida pelo maestro Fabiano Botinha Oliveira.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### **Exibição de Vídeo**

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre o centenário da Diocese de Luz.

– Procede-se à exibição do vídeo.

#### **Palavras do Deputado Antonio Carlos Arantes**

Exmo. Sr. deputado Fabiano Tolentino, nosso grande parceiro e amigo, aqui representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia; Exmo. Revmo. Dom José Aristeu Vieira, bispo diocesano de Luz; Exmo Sr. Dalmo Ribeiro Silva, deputado, amigo e 2º-vice-presidente da Assembleia Legislativa; Exmo. Sr. Angelo Oswaldo, secretário de Estado de Cultura, neste ato representando o governador Fernando Pimentel; Exmo. Sr. desembargador Pedro Bernardes, vice-presidente e corregedor Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; Exmos. Srs. Ailton Duarte, prefeito de Luz, estendendo também nosso agradecimento ao vice-prefeito, meu xará Antônio Carlos, o Toninho, que também está conosco; Aldair Paula Duarte, vice-presidente da Câmara Municipal de Luz; Dom Geraldo Vieira Gusmão, bispo emérito de Porto Nacional do Tocantins, é uma satisfação tê-lo conosco; Aluizio Quintão, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; Wagner Colombarolli, presidente emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; cumprimento todas as autoridades presentes, padres, senhoras e senhores, essa banda simpática da cidade de Luz, a quem parabenizo e agradeço.

Na pessoa de Dom José Aristeu e do amigo Pe. Almerindo, que coordenou todas as ações deste centenário, gostaria de cumprimentar todos os representantes da Diocese de Luz, e dizer da minha alegria e honra de fazer parte de um momento tão importante e especial como este. Gostaria, também de dizer que, como católico praticante que sou, sei da importância da fé na vida das pessoas, da Igreja como instrumento de promoção da vida, como meio de fortalecimento e união das famílias. E esse trabalho em favor da vida realizado pela Igreja se torna ainda mais importante porque o tema da Campanha da Fraternidade – 2018, definido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – é “Fraternidade e superação da violência”, e o lema da campanha é “Em Cristo somos todos irmãos”. Esse sentimento de irmandade deve nos unir em favor da paz.

O tema foi altamente propício. Como a violência tem assolado nosso país, gerando tanta discórdia e sofrimento entre as famílias, tantos assassinatos de jovens, de mulheres, homens, é um momento em que temos de refletir bastante, e a Igreja é o espaço adequado para isso. Estava conversando com Dom José Aristeu sobre a violência não só no Brasil, mas também em outros países,

como vimos ontem na Síria. Foram cenas horríveis! O momento é de reflexão, e uma homenagem como esta serve para isso também, para fortalecer a fé, fortalecer a paz e o amor.

Então, quando temos uma diocese como a de Luz completando 100 anos de história, 100 anos de missão, 100 anos de trabalho pela vida, nenhum de nós tem dúvida da enorme importância dessa data. A Diocese de Luz abrange uma região riquíssima em todos os aspectos: cultural, histórico, natural, econômico. A região onde ela está inserida é privilegiada. São quase 25.000km de extensão em pleno Centro-Oeste mineiro. Ela começa e termina nas duas maiores e mais importantes represas de nosso estado: Furnas e Três Marias. São duas obras de arte de nosso Pai, a embelezar, enriquecer e desenvolver toda uma região. Um privilégio para poucos.

Nessa diocese tão importante está inserido o Parque Nacional da Serra da Canastra, que, por todas as belezas naturais que oferece, é uma lembrança diária para todos os diocesanos da presença de Deus na Terra, através da natureza exuberante, criação de que só o Pai de infinita sabedoria seria capaz. Ao olharmos para o parque, temos a certeza da presença de Deus entre nós.

Como bom mineiro e defensor incansável dos produtores de queijo, não poderia deixar de dizer que, na região da Diocese de Luz, temos a produção do queijo mais famoso e saboroso do mundo. Após décadas de trabalho sério e dedicação dos produtores da Canastra, hoje temos o reconhecimento do mundo todo, com premiações internacionais, sabor, riqueza e desenvolvimento para a região, motivo de orgulho para todos os diocesanos.

Ela também é abençoada pela nascente do Rio São Francisco e suas belezas naturais. O rio corta toda a sua região, de norte a sul, levando água, vida e renovação. É o contrário, de sul a norte, porque começa de lá para cá. É alimento para o corpo e para a alma de todos os diocesanos.

Duas importantes rodovias, a BR-262 e a BR-050, que transportam riquezas econômicas e promovem o desenvolvimento econômico de nosso estado, gerando emprego e renda, cortam a região. Isso mostra que os diocesanos trabalham muito e trabalham bem. Esses são alguns aspectos marcantes da região, onde se encontra a Diocese de Luz.

E ela cresce em importância, quando levamos em consideração a sua história religiosa, sua contribuição significativa para o catolicismo. É lá que se encontra o 2º maior santuário dedicado a Nossa Senhora Aparecida, o de Campos Altos. Mais uma belíssima oportunidade de renovação e fortalecimento da fé e da devoção a Nossa Mãe de Misericórdia, Maria Santíssima.

Ela foi a primeira a ter os ministros da eucaristia escolhidos e instituídos a pedido do nosso segundo bispo, Dom Belchior. Teve e continua a ter um papel muito importante na formação dos professores de ensino religioso. É uma das poucas dioceses que oferece essa formação com frequência. Ela foi pioneira na formação desses professores, desde a época de Dom Eurico, que é arcebispo emérito de Juiz de Fora atualmente.

São tantos os motivos para comemarmos esse primeiro centenário que poderíamos ficar aqui a tarde e a noite falando das belezas e das riquezas da região; do pioneirismo de seus líderes religiosos; da força dessa luz que ilumina as 32 cidades que compõem a Diocese de Luz; e da vida de seus mais de 460 mil habitantes.

Mas o mais importante é deixar aqui os nossos parabéns à Diocese de Luz! Que Deus continue iluminando os caminhos de toda essa comunidade! Muito obrigado.

### **Entrega de Placa**

O locutor – Neste instante, o deputado Fabiano Tolentino, representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalever Lopes, junto com o deputado Antonio Carlos Arantes, fará a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao bispo diocesano de Luz, Dom José Aristeu Vieira. A placa contém os seguintes dizeres: “Em 1918, foi fundada a Diocese de Luz, uma circunscrição eclesial da Igreja Católica Apostólica Romana. Com a nobre tarefa de fazer da religião um instrumento essencial para o aperfeiçoamento do ser humano e a harmonia da sociedade, a instituição tem, há um século, influenciado

o Centro-Oeste de Minas com amor, dedicação e amparo aos mais necessitados. Ao reconhecer a importância da Diocese de Luz para o Estado e para o País, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta à entidade esta justa homenagem pelos 100 anos de sua criação”.

O presidente – Gostaria de convidar o deputado Dalmo Ribeiro Silva, que está nos prestigiando, para nos acompanhar na entrega da placa.

– Procede-se à entrega da placa.

O locutor – Com a palavra, o Sr. Iácones Batista Vargas, que falará em nome da Diocese de Luz.

### **Palavras do Sr. Iácones Batista Vargas**

Vivendo a alegria do Evangelho, celebramos um centenário de luz. Exmos. Srs. deputado Fabiano Tolentino, que neste ato representa o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes; deputado Antonio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem a esta reunião especial em homenagem à Diocese de Luz; deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente desta Casa; secretário de Estado de Cultura, Angelo Oswaldo Araújo Santos, que neste ato representa o governador Fernando Pimentel; bispo diocesano de Luz, nosso querido Dom José Aristeu Vieira; vice-presidente e corregedor regional eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, nosso conterrâneo honorário da cidade de Luz, desembargador Pedro Bernardes de Oliveira; prefeito de Luz, Ailton Duarte; vice-presidente da Câmara Municipal de Luz, vereador Aldair Paula Duarte; bispo emérito de Porto Nacional, Tocantins, Dom Geraldo Vieira Gusmão; presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, desembargador Aluizio Alberto da Cruz Quintão; presidente emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Casa de João Pinheiro; Wagner Colombarolli, diocesano de Luz. Nas pessoas de V. Exas. cumprimento todas as dignas autoridades civis, militares e eclesíásticas, os reverendíssimos sacerdotes, os caríssimos religiosos e religiosas, os seminaristas, os agentes de pastoral de nossa diocese, os distintos convidados, o querido povo de Deus da Diocese de Luz, todos os senhores e as senhoras presentes neste Plenário Presidente Juscelino Kubitschek, além dos telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia. Faço um cumprimento especial a nossa gloriosa, quase centenária, banda de música Lyra Vicentina Aterricense, da qual tenho a honra de fazer parte há quase 20 anos.

É com grande honra e elevado espírito de responsabilidade, cômico do dever que me pesa aos ombros, que subo a esta tribuna importantíssima da Casa do povo mineiro para agradecer, em nome de toda a Diocese de Luz, a especial homenagem que lhe é prestada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais por ocasião do seu primeiro centenário, conforme proposição do Exmo. Sr. deputado Antonio Carlos Arantes.

Agradeço também a deferência de nosso bispo aos fiéis leigos, por ocasião deste Ano do Laicato, escolhendo um não consagrado para essa nobre missão. Sinto-me por demais honrado em servir de porta-voz da gratidão de nossa igreja particular à Casa Legislativa de Minas Gerais por esta homenagem que muito alegra a centenária diocese luceatina.

“Somos o povo de Luz. Viemos de tantos lugares. Em torno do altar, para poder celebrar! Queremos contar nossa história e cantar as memórias deste povo de Luz!” Senhor Presidente, senhoras e senhores, o Bispado Luceatino, presente no coração de Minas Gerais, é composto atualmente por 53 paróquias, que congregam 623 comunidades, espalhadas nos quase 25.000km² dos 33 municípios onde vivem mais de 460.500 pessoas, numa das regiões mais prósperas e, ao mesmo tempo, mais tranquilas de nosso estado. Essa mesma região, no passado, abrigou a quase totalidade da rede de quilombolas liderada pelo célebre Quilombo do Ambrósio, destruído tragicamente em 1769, 20 anos antes da Inconfidência Mineira, quando se intensificou o povoamento do território da Diocese de Luz, que, naquela época integrava os Bispados de Mariana, em Minas Gerais, e – acreditem! – de Olinda, em Pernambuco.

Nosso povo simples possui uma fé grandiosa capaz de operar milagres. Foi assim desde os primeiros tempos, quando, na virada do século XVIII para XIX, as orações de uma piedosa mulher foram ouvidas e, com o auxílio da Virgem da Luz, foi pacificado

o conflito entre os fazendeiros Cocais e Camargos, dando origem ao Arraial de Nossa Senhora da Luz do Aterrado. Foi assim, movidos pela fé, que os aterradenses, liderados pelo benemérito Pe. Joaquim das Neves Parreiras, atendendo ao anseio então rejeitado pelas principais e mais importantes paróquias da região, conseguiram transformar o pequeno arraial na sede da Diocese do Oeste de Minas, idealizada por Dom Silvério Gomes de Pimenta, arcebispo de Mariana. Reconhecendo o valor da fé de nossos antepassados, o papa Bento XV, por meio da bula *Romanis Pontificibus*, de 8/7/1918, criou a Diocesis Aterradensis, com sede no antigo Arraial de Nossa Senhora da Luz do Aterrado, então distrito do Município de Dolores do Indaiá. Fato inédito no mundo: a criação de bispado num simples arraial, então elevado à condição de capital religiosa das cidades do Oeste mineiro, como canta Dom Belchior.

Foi com muita fé e sacrifício que, guiado pelo primeiro bispo de Aterrado, Dom Manoel Nunes Coelho, nosso povo construiu, no tempo de 6 anos menos 36 dias, em plena Segunda Guerra Mundial, a majestosa Catedral de Luz, um dos mais belos templos do interior do Brasil. Foi também, num gesto de fé, coragem e ousadia incríveis de nosso segundo bispo, o saudoso Dom Belchior Joaquim da Silva Neto, que a Diocese de Luz conseguiu inédita e especial autorização, concedida pelo Papa Paulo VI, para a instituição do Ministério Extraordinário da Sagrada Comunhão. Logo após o Concílio Ecumênico Vaticano II, em 1968, há exatos 50 anos, permitiu-se, pela primeira vez na história da Igreja Católica, que 10 leigos da Diocese de Luz, homens de piedade comprovada, auxiliassem os sacerdotes na distribuição do sacramento eucarístico, na pregação da palavra e em tantas outras importantes atividades pastorais, assumindo maior protagonismo na vida da Igreja.

A Diocese de Luz também apresenta grandes riquezas e belezas naturais, conhecidas internacionalmente e que fazem o Estado de Minas Gerais ainda mais admirado, conforme lembrou o deputado Antonio Carlos Arantes. A Serra da Canastra, com a nascente do São Francisco, rio da integração nacional, e sua esplêndida cachoeira Casca d'Anta estão na Diocese de Luz. O famoso queijo canastra, patrimônio cultural imaterial do povo brasileiro, é produzido na Diocese de Luz. O gado girolando, disputado nacionalmente, tem o seu berço na Diocese de Luz, cuja vocação para a pecuária consagrou-a como a maior bacia leiteira do Brasil durante décadas e décadas. Os cobiçados diamantes do Abaeté e do Indaiá foram e continuam sendo explorados na Diocese de Luz. A capital mundial do calcário, Pains, com as maiores jazidas calcárias do planeta, integra a Diocese de Luz. Santo Antônio do Monte, o único centro tecnológico em pirotecnia da América Latina, com produção de mais de 90% dos fogos de artifício utilizados no Brasil, faz parte da Diocese de Luz. Quando degustamos o café do cerrado, das regiões de Piumhi e Campos Altos, brindamos a Diocese de Luz. Quando nos maravilhamos nas águas de Furnas e de Três Marias, com seu turismo náutico, abraçamos a Diocese de Luz.

Sr. Presidente, minhas senhoras e meus senhores, Furtado de Menezes, em 1936, em sua obra *Clero mineiro*, lembrava que “O nosso episcopado, cuja missão é toda de paz, toda de caridade, procura conservar-se acima das competições partidárias, fora das lutas políticas”. Contudo, desde os tempos do Império, antes mesmo de existir, a Diocese de Luz já despontava sua importância política no cenário provincial e nacional, seja com os barões do Indaiá e de Piumhi, seja por meio de seu clero secular. Isso mesmo, dos 56 sacerdotes que tomaram assento na antiga Assembleia Provincial de Minas Gerais, quase 10% deles parouquiavam freguesias que viriam a compor o futuro Bispado de Aterrado: Pe. Francisco d'Anunciação Teixeira Coelho, deputado por duas legislaturas, era vigário em Formiga; Pe. Francisco Alexandrino da Silva, deputado também por outras duas legislaturas, foi o primeiro vigário de Santo Antônio do Monte; Pe. José Florêncio Rodrigues, vigário em Piumhi e em São João Batista do Glória, exerceu mandato por uma legislatura; Pe. Modesto Luiz Caldeira, vigário em São Roque de Minas, exerceu mandato em três legislaturas; e o Pe. Miguel Kerdole Dias Maciel, vigário em Bom Despacho, Dolores do Indaiá, Rio Paranaíba, São Gotardo e Tiros.

Além desses clérigos, já no tempo republicano, dezenas de outros diocesanos de Luz tiveram atuação nesta Casa do Povo Mineiro, nos governos estadual e federal, bem como ocuparam importantes cargos no Judiciário, muitos dos quais ainda formam a igreja peregrina neste mundo.

Dos que já completaram sua carreira terrestre, destacamos o ministro Francisco Campos, de Dolores do Indaiá, e uma família inteira de ilustres políticos da Diocese de Luz – os quatro irmãos Faria Tavares, prefeito Reginaldo Cardoso, da sua Córrego Danta,

três deles com assento neste Parlamento: o Dr. Carlos de Faria Tavares, embora não nascido na Diocese de Luz, foi o primeiro presidente da Minas Caixa e deputado nesta Casa Legislativa entre 1955 e 1959; o Dr. Dario de Faria Tavares, presidente do Ipsemg e secretário de Saúde nos governos Aureliano Chaves e Tancredo Neves, foi deputado federal e conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais; o José de Faria Tavares, deputado estadual, pela UDN, na primeira legislatura após a redemocratização de 1947, foi relator da Comissão do Regimento Interno desta Casa, secretário de Educação e de Segurança Pública e, posteriormente, senador da República e presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais; e, completando a irmandade, o Dr. Expedito de Faria Tavares, diretor da Casemg, deputado estadual por três mandatos consecutivos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, de 1963 a 1975, era líder da UDN e também eleito pela Arena, foi presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e honrou esta Casa Legislativa como seu presidente no biênio 1971-1972, tendo sido, ainda, secretário do Interior e Justiça no governo Rondon Pacheco. O Dr. Expedito foi sucedido na presidência dessa Mesa pelo Dr. Rafael Caio Nunes Coelho, parente de Dom Manoel Nunes Coelho, primeiro bispo de Luz.

Esses são apenas alguns dos muitos laços da Assembleia Legislativa para com a nossa querida Diocese de Luz, que também já deu ao Estado de Minas Gerais nada menos que dois grandes governadores: Olegário Dias Maciel, nascido em Bom Despacho, e José de Magalhães Pinto, de Santo Antônio do Monte, líderes nas Revoluções de 1930 e 1964, respectivamente.

Sr. Presidente, meus senhores e minhas senhoras, o nosso bispo de Luz, Dom José Aristeu Vieira, durante todas as comemorações deste ano centenário, costuma dizer que devemos celebrar este jubileu com dois olhares: um olhar sobre o passado, celebrando as inúmeras conquistas e bênçãos vividas por nossos diocesanos, e um olhar para o futuro. Nesse sentido, se, em 1918, ao se criar o Bispado de Aterrado, o Papa Bento XV escreveu que “Aos pontífices romanos jamais algo esteve mais ao coração que prover as necessidades espirituais dos fiéis em todas as circunstâncias”, atualmente temos desafio semelhante e mais largo. Ao povo brasileiro jamais algo esteve tão premente quanto prover as necessidades éticas e morais de nossa gente em todas as circunstâncias.

Diante da preocupante situação experimentada pela nação brasileira nos últimos tempos, desejamos, Srs. Deputados, que, neste Plenário e em toda esta Casa Legislativa, os nobres parlamentares que aqui exercem seus mandatos possam aprovar leis que verdadeiramente sejam orientadas pelos princípios cristãos de amor ao próximo e atenção aos mais necessitados. Possam os nobres parlamentares desta Casa servirem de exemplo para as demais unidades federativas, sendo luz a orientar os passos do Brasil rumo ao novo futuro que se anseia, em que a paz, a justiça, a ética e a solidariedade sejam constante realidade na construção do verdadeiro bem comum capaz de concretizar o Reino de Deus neste mundo, que há de ser um lar mais feliz para nossas famílias, para os nossos filhos e para as futuras gerações. Que juntos, pois, possamos todos nós, não somente a Diocese de Luz, mas todo o povo do Estado de Minas Gerais, construir um mundo melhor, vivendo a alegria do Evangelho e celebrando os novos centenários de luz. Para Minas, para o Brasil e para o mundo sejamos: sejamos luz, sejamos luz! Em nome do nosso querido bispo diocesano, Dom José Aristeu Vieira, e de toda a Diocese de Luz, agradecemos, de coração sincero, a honrosa homenagem hoje prestada ao Bispado Luceatino no seu centenário. Que a luz divina paire sobre esta Casa Legislativa e ilumine todos os seus integrantes. Deus abençoe o povo e o Estado de Minas Gerais. Deus abençoe os destinos do Brasil. Muito obrigado.

### **Palavras do Presidente**

Este é um dia especial. Podemos, neste momento, refletir muito sobre o futuro do País, sobre o papel desta Casa, sobre o papel da Diocese de Luz, completando seu centenário, sobre a juventude que se espelha na Inês, na hora em que olhamos a banda, xará Fabiana. A Lyra também está aí, completando, no ano que vem, 100 anos, e vemos quanta beleza há em Minas Gerais, nas palavras tão bem colocadas sabiamente. Temos muito mais quando olhamos para todos vocês. Eu vejo ali o padre Geraldo. Bambuí com o seu mel e o seu própolis. É tanta coisa que a Diocese de Luz traz para Minas Gerais, padre Alberico. Que beleza é a nossa história, é a nossa gente, é a nossa identidade! Então, neste momento, eu vou fazer o processamento das palavras do presidente desta Casa, deputado Adalclever Lopes. Vou ler o que ele traz para nós neste momento. (– Lê:) “Esta Assembleia se une à população do

Centro-Oeste do Estado para comemorar o centenário da Diocese de Luz, responsável por 34 municípios, abrangendo suas foranias e paróquias. Lembrando seu primeiro titular, Dom Manoel Coelho, com quase meio século de marcante atuação, sempre sob a invocação de São Rafael Arcanjo, saudamos o atual bispo diocesano, Dom José Aristeu Vieira, nomeado há três anos pelo Papa Francisco.

Neste momento conturbado do mundo e do País, o exemplo vindo de Luz nos chama à fraternidade que, ao lado de tudo, constrói a esperança para derrotar a violência e o desalento que grassam na sociedade.

É essa responsabilidade cidadã, que, nas próprias palavras de Dom José Aristeu, muito bem ditas pelo Iácones, traz para nós o difícil caminho que temos pela frente. Mas, sem sombra de dúvidas, conseguiremos alcançar o nosso desafio.

Que nossa caminhada para o futuro se espelhe no trabalho consciente, alicerçado na justiça e no amor, legado destes 100 anos da Diocese de Luz! Muito obrigado. Deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia.”

### **Apresentação Musical**

O locutor – Mais uma vez teremos o prazer de ouvir a apresentação da banda de música Lyra Vicentina Aterricense, que, sob a regência do maestro Fabiano Botinha Oliveira, vai nos apresentar as seguintes músicas: *Marcha pontificia* – Hino Nacional do Estado do Vaticano, com letra do monsenhor Antônio Allegra e música de Charles Gounod; hino do centenário, *Sejamos Luz*, com letra do Pe. Marcus Vinícius de Paula Silva e música de Luiz Expedito Calazans, e, finalmente, o *Hino dos 90 Anos*, com letra e música do Pe. Hênio dos Santos. Em nome dos deputados Fabiano Tolentino e Antonio Carlos Arantes, aproveitamos o momento para agradecer, desde já, à banda a participação nesta solenidade.

– Procede-se à apresentação musical.

O deputado Antonio Carlos Arantes – Parabéns.

O presidente – Parabéns. Como sempre, muito bonito, Fabiano e toda a turma. Em todo lugar, a Lyra Vicentina está de parabéns. Deputado Antonio Carlos Arantes, parabéns. Foi uma linda homenagem. É importante estarmos aqui, na Casa do Povo. Queria agradecer a todos vocês e dizer que foi uma noite de gala, que representa muito a Diocese de Luz. Muito obrigado. Boa noite e que todos vocês voltem com Deus para suas residências.

### **Encerramento**

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 10, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 10/4/2018.). Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/3/2018**

Às 14h20min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Guedes, Carlos Pimenta e Tadeu Martins Leite (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Guedes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado da Casa Civil, publicado no Diário do Legislativo de 9/3/2018. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Todos os requerimentos são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Carlos Pimenta, aprovado pela comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência,

para posterior apreciação, o Requerimento nº 11.420/2018, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 11.474/2018, dos deputados Paulo Guedes, Rosângela Reis, Dalmo Ribeiro Silva e Ricardo Faria, em que requerem seja encaminhado à Presidência desta Casa pedido de providências para a realização de fórum técnico com a finalidade de discutir o Projeto de Lei nº 4.773/2017, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2018.

Paulo Guedes, presidente – Fred Costa – Elismar Prado.

#### **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/4/2018**

Às 11h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Magalhães e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.060/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: deputado João Leite). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.520, 10.522, 10.523, 10.526, 10.552 e 10.553/2018. Os Requerimentos nºs 10.535, 10.536 e 10.539/2018 são retirados de pauta por deliberação da comissão, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 11.625/2018. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.640/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Segurança Pública – Suase – pedido de providências para apurar os casos de desvio de função e assédio moral praticados contra servidores administrativos e agentes do sistema socioeducativo do Estado, os quais têm sido reiteradamente coagidos e submetidos a condições precárias de trabalho nas unidades, com a efetiva punição, se for o caso, de diretores e demais autoridades responsáveis, considerando-se as várias denúncias feitas durante audiência pública realizada em 3/4/2018;

nº 11.641/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Segurança Pública – Suase – pedido de providências para o imediato fornecimento de carteira funcional aos agentes socioeducativos do Estado;

nº 11.642/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Segurança Pública – Suase – pedido de providências para garantir aos agentes do sistema socioeducativo o pagamento das diárias e de demais despesas ou custos decorrentes do trabalho desenvolvido;

nº 11.643/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Segurança Pública – Suase – pedido de

providências para regularizar, de maneira definitiva, o cumprimento da carga horária de 40 horas semanais pelos agentes do sistema socioeducativo do Estado, conforme expressamente previsto no art. 7º da Lei nº 15.302, de 2004, com a averiguação de responsabilidade de diretores de unidades, nos casos de exigência de sobrecarga de trabalho dos servidores;

nº 11.644/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Segurança Pública – Suase – as notas taquigráficas da 5ª Reunião Ordinária e pedido de providências para priorizar a averiguação das denúncias e o cumprimento das reivindicações apresentadas por servidores do sistema socioeducativo do Estado durante audiência pública, os quais exigem o cumprimento do acordo feito pelo governo do Estado com a categoria em 2015;

nº 11.645/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Segurança Pública – Suase – pedido de providências para garantir às unidades socioeducativas, especialmente as localizadas no interior do Estado, o fornecimento de viaturas apropriadas e em perfeitas condições de uso, bem como rádio e demais equipamentos necessários à atuação e à segurança dos agentes;

nº 11.646/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam encaminhados ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário do Ministério Público em Belo Horizonte as notas taquigráficas da 5ª Reunião Ordinária e pedido de providências para averiguar as denúncias apresentadas por servidores do sistema socioeducativo do Estado, procedendo à implementação das medidas administrativas e judiciais pertinentes;

nº 11.647/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências para garantir a formação ou a qualificação continuadas, por meio da Escola Integrada de Segurança Pública, dos agentes dos sistemas socioeducativo e prisional do Estado e para garantir a formação, pela mencionada escola, dos diretores e dos gestores atuantes nesses setores;

nº 11.648/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário do Ministério Público, no Município de Belo Horizonte, para discutir sobre a situação dos agentes e dos servidores administrativos dos sistemas socioeducativo e prisional do Estado, para entregar as notas taquigráficas da 5ª Reunião Ordinária, realizada em 3/4/2018, e para solicitar ao órgão a averiguação da denúncia e o acompanhamento do caso da agente socioeducativa Lusana de Assis;

nº 11.649/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para ouvir o Cel. PM Corregedor Emerson Mozzer e o Cel. PM Ledwan Salgado Cotta sobre a instauração de inquérito policial-militar, mediante a Portaria nº 102044/18-IPM/CPM, em virtude de postagem supostamente realizada por policial militar inativo, em 5/2/2018, na rede social Facebook, a qual teoricamente conteria críticas ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente – Cabo Júlio – João Leite.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,  
EM 11/4/2018****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)****(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

**2ª Fase****(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.871, que institui as carreiras de Técnico da Defensoria Pública e Analista da Defensoria Pública e dá outras providências. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.882, que altera as Leis nºs 4.747, de 9 de maio de 1968; 5.960, de 1º de agosto de 1972; 6.763, de 26 de dezembro de 1975; 11.363, de 29 de dezembro de 1993; 14.699, de 6 de agosto de 2003; 14.937, de 23 de dezembro de 2003; 14.940, de 29 de dezembro de 2003; 14.941, de 29 de dezembro de 2003; 15.424, de 30 de dezembro de 2004; 15.464, de 13 de janeiro de 2005; 19.976, de 27 de dezembro de 2011; 20.922, de 16 de outubro de 2013; 21.735, de 3 de agosto de 2015; 21.972, de 21 de janeiro de 2016; 22.257, de 27 de julho de 2016; 22.437, de 21 de dezembro de 2016, e 22.549, de 30 de junho de 2017, e dá outras providências. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 153, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 138, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre a licença para tratamento de saúde dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.733, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de acompanhamento psicossocial das famílias das vítimas de calamidades públicas no Estado. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.752, que altera o art. 5º-A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a concessão de reajuste nos vencimentos básicos das categorias que menciona, estabelece as

tabelas de vencimento básico dos policiais civis e militares, altera as Leis nºs 11.830, de 6 de julho de 1995, e 14.695, de 30 de julho de 2003, e dá outras providências. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.761, que modifica a Lei nº 14.486, de 9 de dezembro de 2002, que disciplina o uso de celulares em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.762, que determina a adoção de medidas para assegurar a autenticidade das informações veiculadas nos sites governamentais e a segurança nas transações realizadas em meio eletrônico entre os órgãos e entidades da administração pública do Estado e os cidadãos. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.763, que altera a Lei nº 14.235, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimento bancário. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.765, que altera a Lei nº 13.768, de 1º de dezembro de 2000, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público ou entidade sob controle direto ou indireto do Estado. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.820, que altera a Lei nº 20.608, de 7 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.848, que dá denominação ao próprio público que sedia o Ministério Público do Estado no Município de Ouro Fino. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.856, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.861, que dispõe sobre o porte de arma de fogo pelo Agente de Segurança Socioeducativo de que trata a Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.863, que proíbe a utilização, no Estado, de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de perfumes e produtos cosméticos e de higiene pessoal e seus componentes. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.865, que altera a Lei nº 10.545, de 13 de dezembro de 1991, que dispõe sobre produção, comercialização e uso de agrotóxico e afins. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.867, que dispõe sobre a inserção de mensagem educativa em cardápios, lista de preços e material promocional de estabelecimentos que comercializem bebida alcoólica para consumo imediato. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.874, que institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.880, que dispõe sobre as ações de manutenção de estradas e rodovias no Estado. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

### **3ª Fase**

Pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 11/4/2018**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

### **3ª Parte**

Audiência pública destinada a ouvir a apresentação do relatório detalhado do gestor do SUS no Estado, em cumprimento ao que determina o art. 36, § 5º da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que dispõe sobre normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde.

Recebimento e votação de requerimentos.

## **ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 11/4/2018**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

### **3ª Parte**

Audiência pública destinada a debater a situação do acampamento Nova Jerusalém, localizado na Fazenda Cantagalo, no Município de Nova Serrana.

Recebimento e votação de requerimentos.

## **ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/4/2018**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 834/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.637/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.876/2015, do deputado Felipe Attiê.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 11/4/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.560/2016, do deputado Leandro Genaro.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 479, 849 e 1.141/2015, do deputado Arlen Santiago; 1.223/2015, do deputado Gustavo Valadares; 1.319 e 1.398/2015, do deputado Arlen Santiago; 2.603/2015, do deputado Wander Borges; 2.680/2015, do deputado Leonídio Bouças; 2.833/2015, do deputado Doutor Jean Freire; 3.920/2016, do deputado Rogério Correia; 4.039/2017, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.631/2017, do governador do Estado; 4.658/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.813/2017, da deputada Marília Campos; 4.876 e 4.877/2017, do governador do Estado; 4.909 e 4.960/2018, do Tribunal de Justiça; 5.000, 5.011 e 5.012/2018, do governador do Estado; e 5.027/2018, do deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.068/2017, do deputado Tito Torres; 4.407/2017, do deputado Roberto Andrade; 4.611/2017, do deputado Gustavo Valadares; 4.787/2017, do deputado Anselmo José Domingos; 4.888/2017, do deputado Lafayette de Andrada; 4.889 e 4.891/2017, do deputado Cristiano Silveira; 4.914/2018, da deputada Geisa Teixeira; 4.917/2018, do deputado Rogério Correia; 4.923/2018, do deputado Arnaldo Silva; 4.957/2018, do deputado Inácio Franco; 4.959/2018, do deputado João Vítor Xavier; 4.962/2018, do deputado Fábio Cherem; 4.965/2018, da deputada Rosângela Reis; e 4.970 e 4.971/2018, do deputado Paulo Guedes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 11/4/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 10.545 a 10.548, 10.550 e 10.555 a 10.557/2018, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 11/4/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.635/2017, do deputado Dilzon Melo; 4.714/2017, do deputado Inácio Franco; e 4.941/2018, do deputado Leonídio Bouças.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 11/4/2018**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.606/2017, do deputado Missionário Marcio Santiago.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.609/2016, do deputado Nozinho; 3.689/2016, do deputado Braulio Braz; 4.625/2017, do deputado Antonio Lerin; 4.823 e 4.855/2017, do deputado Paulo Guedes; 4.862/2017, do deputado Cássio Soares; e 4.988/2018, do deputado Cristiano Silveira.

Requerimento nº 10.537/2018, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 11/4/2018**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.583/2001, do deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.495/2017, do deputado Leonídio Bouças; 4.795/2017, da deputada Marília Campos; e 4.849 e 4.852/2017, do deputado Paulo Guedes.

Requerimentos nºs 10.435/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes; 10.562 e 10.566/2018, da Comissão de Participação Popular; e 10.567/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 11/4/2018**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**3ª Parte**

Audiência pública destinada a debater o preço dos combustíveis no Estado e seu impacto na vida dos cidadãos mineiros.

Recebimento e votação de requerimentos.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 11/4/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 11/4/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 10.573/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cabo Júlio, Fábio Cherem, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/4/2018, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater a situação financeira do Instituto de Previdência dos Servidores Militares em face do desfalque de, aproximadamente, R\$3.000.000.000,00 decorrente da falta de repasse da contribuição patronal pelo Estado, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

## PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.655/2017

## Comissão de Segurança Pública

## Relatório

De autoria do deputado Missionário Márcio Santiago, o Projeto de Lei nº 4.655/2017 “obriga os hospitais públicos e privados a comunicarem às delegacias de polícia, quando do atendimento em suas unidades de pronto atendimento, os casos de idosos, mulheres, crianças e adolescentes vítimas de agressões físicas” e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública, para receber parecer.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Cabe agora a esta comissão emitir parecer sobre o mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XV, do Regimento Interno.

## Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.655/2017 pretende obrigar os hospitais públicos e privados a comunicarem às delegacias de polícia os casos de idosos, mulheres, crianças e adolescentes vítimas de agressões físicas, quando tais casos forem atendidos em suas unidades de pronto atendimento. A proposição visa, conforme evidenciado por sua justificação, contribuir para o enfrentamento da violência contra esses segmentos, a qual seria praticada, muitas das vezes, “por familiares ou outras pessoas que vivem no mesmo domicílio”, o que levaria as vítimas a não registrarem a ocorrência “seja por medo de represálias ou vergonha de ter seus problemas expostos ou até mesmo para não causar transtorno, (...) aceitando o desgaste psicológico causado pela sensação de impunidade, e assim abrindo espaço a se tornar hábito, e impossibilitando, assim, a ação do Estado no sentido de promover a justiça.”. Ainda segundo a sua justificação, ao sugerir a obrigatoriedade da comunicação, o projeto em comento estaria atendendo a reivindicações acerca da necessidade dos serviços de saúde assumirem, para além da atenção a tais vítimas, essa responsabilidade, de modo a tentar diminuir essa prática criminosa.

A Comissão de Constituição e Justiça ressaltou inicialmente, em seu parecer, “a inexistência de impedimentos formais ou materiais de ordem constitucional que inviabilizem a tramitação da proposta nesta Casa Legislativa”. No entanto, ponderou, em seguida, acerca da falta de originalidade da proposição, “condição inarredável para a edição de uma lei nova”, haja vista já existirem leis, em Minas Gerais, que disciplinam em parte a matéria: a Lei nº 17.249, de 2007, que criou a Notificação Compulsória de Violência contra o Idoso; e a Lei nº 15.218, de 2004, que criou a Notificação Compulsória de Violência contra a Mulher. Dessa forma, apresentou o Substitutivo nº 1, a fim de suprir lacuna e criar, no Estado, a compulsoriedade de notificação, para estabelecimentos públicos ou privados de serviço de saúde, à autoridade policial acerca de atendimentos médicos diagnosticados como de violência ou maus-tratos contra criança ou adolescente.

No tocante ao mérito da proposição sob a ótica da segurança pública, deve-se enfatizar que, de fato, a prática de violência contra os segmentos ditos vulneráveis infelizmente constitui uma realidade, assim como a subnotificação desses casos às instâncias competentes. Idosos, mulheres e crianças e adolescentes, dentre outros públicos, encaixam-se nesse perfil e têm sido vítimas contumazes de abusos e maus-tratos – não só físicos, mas também sexuais, psicológicos, morais e patrimoniais –, comumente dentro do próprio ambiente intrafamiliar.

Nesse cenário, a subnotificação constitui um desafio constante, a ser enfrentado com a consciência de sua centralidade no combate ao problema. Afinal, apenas em face de dados fidedignos e de um sistema que permita de fato encarar essa dura realidade,

oferecendo às vítimas todo o amparo necessário e a consciência acerca da gravidade da situação, será possível reverter esse quadro no qual idosos, mulheres e crianças e adolescentes se veem isolados, até mesmo por questões estruturais e culturais as quais, por vezes, não lhes permitem sequer se identificarem como vítimas. Relevante também pontuar que a constatação desse processo de vitimização, o reconhecimento desse tipo de violência como problema de saúde pública e as políticas de notificação compulsória sobre tal violência são fenômenos relativamente recentes, não só no Brasil, mas também no mundo. No caso brasileiro, tem-se a previsão de:

– compulsoriedade de notificação, pelos serviços de saúde públicos e privados a diversos órgãos, de violência suspeita ou confirmada praticada contra idosos no art. 19 da Lei Federal nº 10.741, de 2003 (Estatuto do Idoso);

– obrigatoriedade de notificação de casos de violência contra mulheres atendidas em serviços de saúde públicos ou privados na Lei Federal nº 10.778, de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 5.099, de 2004;

– obrigatoriedade de comunicação ao Conselho Tutelar de casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, tratamento cruel ou degradante ou maus-tratos contra criança ou adolescente no art. 13 da Lei Federal nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

– notificação compulsória de violência doméstica, sexual e/ou outras violências no item 45 do Anexo I da Portaria nº 104, de 25/1/2011, do Ministério da Saúde (define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005 – RSI 2005 –, a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde).

Na esfera estadual, tem-se as já mencionadas Leis nºs 17.249, de 2007, e 15.218, de 2004. Esse arcabouço jurídico revela: por um lado, a relevância da temática, evidenciada pelas tentativas de cercar o problema, inclusive na perspectiva do enfrentamento da subnotificação; por outro, e conforme apontou o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, uma lacuna a ser preenchida na legislação estadual no tocante à compulsoriedade da notificação no caso de a vítima ser criança ou adolescente. Portanto, concordamos com a pertinência da apresentação de um substitutivo ao projeto de lei em comento; no entanto, visando abarcar todas as adequações necessárias ao aperfeiçoamento da proposição na ótica da segurança pública, bem como no prisma de uma melhor proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência, apresentamos, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 2.

### **Conclusão**

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.655/2017, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, a seguir apresentado.

### **SUBSTITUTIVO Nº 2**

Institui a Notificação Compulsória da Violência contra a Criança e o Adolescente e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Notificação Compulsória da Violência contra a Criança e o Adolescente, a ser feita por estabelecimento público ou privado de serviço de saúde que prestar atendimento a criança ou adolescente vítima de violência ou maus-tratos.

Parágrafo único – A violência e os maus-tratos contra a criança e o adolescente constituem formas de violação dos direitos humanos.

Art. 2º – Para os efeitos desta lei, considera-se:

I – criança a pessoa com até doze anos de idade incompletos;

II – adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade;

III – violência e maus-tratos contra a criança ou o adolescente a ação ou conduta que resulte em morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, ocorrida em âmbito público ou doméstico.

Art. 3º – Os casos de violência contra a criança e o adolescente são considerados de âmbito:

I – doméstico, quando praticado por pessoa que seja aparentada ou assim considerada, unida ao agredido por laços naturais, por afinidade ou vontade expressa, ou que tenha com ele relação íntima de afeto, independentemente de coabitação;

II – público, quando praticado por pessoa que não se enquadre nas situações descritas no inciso I.

Parágrafo único – Inclui-se no caso previsto no inciso II o ato de violência e maus-tratos praticado por agente do poder público ou por este tolerado, independentemente do local de ocorrência do fato.

Art. 4º – A Notificação Compulsória da Violência contra a Criança e o Adolescente conterá:

I – identificação da criança ou do adolescente atendido, com as iniciais de seu nome completo, sua idade e seu grau de escolaridade;

II – identificação dos pais ou responsáveis ou do acompanhante da criança ou adolescente atendido, com nome completo, número de documento nacional de identidade, profissão e endereço e, sempre que possível, meio de contato direto;

III – motivo do atendimento;

IV – descrição objetiva dos sintomas e das lesões apresentadas pelo paciente, especificando a violência sofrida conforme os tipos de consequência a que se refere o inciso III do art. 2º;

V – descrição das circunstâncias em que ocorreu a prática da violência ou dos maus-tratos, especificando o âmbito de ocorrência nos termos do art. 3º, sempre que possível;

V – diagnóstico;

VI – descrição da situação social, familiar, econômica e cultural da criança ou adolescente, quando relevante.

Art. 5º – A notificação de que trata esta lei será preenchida em formulário oficial e será encaminhada cópia, no prazo de 48 horas contados da data do atendimento pelo profissional de saúde:

I – ao Conselho Tutelar da localidade onde foi realizado o atendimento pelo estabelecimento público ou privado de serviço de saúde;

II – ao Ministério Público do Estado, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa das Crianças e dos Adolescentes da comarca a que pertença o município onde foi realizado o atendimento pelo estabelecimento público ou privado de serviço de saúde;

III – à delegacia de Polícia Civil em cuja circunscrição esteja a localidade onde foi realizado o atendimento pelo estabelecimento público ou privado de serviço de saúde;

IV – à autoridade de saúde responsável pela vigilância em saúde na localidade onde foi realizado o atendimento pelo estabelecimento público ou privado de serviço de saúde.

§ 1º – Caberá ao estabelecimento público ou privado de serviço de saúde manter arquivo contendo as Notificações Compulsórias da Violência contra a Criança e o Adolescente.

§ 2º – Os dados do arquivo a que se refere o § 1º serão sigilosos, sendo o acesso a eles restrito, salvo determinação judicial, a representantes do Conselho Tutelar, do Ministério Público do Estado, da Polícia Civil e da autoridade de saúde, mediante solicitação expressa.

Art. 6º – O descumprimento do disposto nesta lei, por estabelecimento público ou privado de serviço de saúde, acarretará as seguintes penalidades:

I – na primeira ocorrência, o estabelecimento receberá advertência e deverá, no prazo de trinta dias a contar da data da advertência, comprovar sua aptidão para atender ao disposto nesta lei;

II – no caso de reincidência ou descumprimento do prazo fixado no inciso I, o estabelecimento será apenado com multa diária no valor de 3.202,56 (três mil duzentas e duas vírgula cinquenta e seis) Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais – Ufemgs.

Art. 7º – O Poder Executivo indicará, por meio de regulamento, o órgão ou a entidade responsável pela aplicação desta lei.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite, relator – Cabo Júlio.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/4/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Ana Cristina Linhares Sad, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

exonerando Cristina Araújo Silva, padrão VL-48, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Jean Freire;

exonerando Luana de Oliveira Assis, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada;

exonerando Marcos Valério Menezes de Azevedo Maia, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marília Campos;

exonerando Paulo Mendes Soares, padrão VL-24, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antônio Jorge;

nomeando Paola Lage de Sousa, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada;

nomeando Paulo Mendes Soares, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Sidney Martins da Silva, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antônio Jorge;

nomeando William da Silva, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Geisa Teixeira.

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### Pregão Eletrônico nº 14/2018

#### Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 37/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 25/4/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de fragmentadoras de papel e CD/DVD.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 10 de abril de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



## ERRATAS

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/3/2018, na pág. 24, onde se lê:

“Jefferson Douglas de Oliveira”, leia-se:

“Jefferson Douglas de Oliveira Silva”.

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/4/2018, na página 19, onde se lê:

“Walisson Mairink de Souza”, leia-se:

“Walison Mairink de Souza”.

E onde se lê:

“Mateus de Souza Pinto”, leia-se:

“Matheus de Souza Pinto”.